

UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA DOS DIREITOS HUMANOS.

PAIXÃO, Josuel Stenio da. Orientadora: Clélia Aparecida Martins, Sub área: sociologia, Ciências Sociais, Departamento da pós-graduação em Filosofia(UNESP- Universidade Estadual Paulista- Campus Marília) jo@marilia.unesp.br

Como é sabido, os direitos humanos são uma construção filosófica, mas se assim é, eles não são inerentes ao homem? Essa é uma das problemáticas desenvolvidas em nossa pesquisa, assim como a aplicabilidade das normas dos direitos humanos positivos. Uma possibilidade aceitável, para compreender a complexidade dos direitos humanos, é concebê-los a partir do desenvolvimento da teoria do discurso de Habermas. Desse prisma a razão comunicativa, por sua vez, estaria totalmente vinculada à práxis social e, dado seu caráter processual, confunde-se com o próprio agir comunicativo – ação social que, ainda que orientada racionalmente a um fim (condição que define, para Weber, uma “ação social”), nunca é um ato de um sujeito isolado, cuja eficácia se possa medir pela relação meios utilizados/sucessos obtidos. A ação comunicativa realiza-se sempre intersubjetivamente, e seus objetivos só podem ser atingidos por meio da busca do entendimento, do consenso.

Em outras palavras, Habermas propõe que a razão prática seja substituída, como base do direito, pela razão comunicativa. É dentro dessa perspectiva que esta pesquisa se propõe a analisar a organização de uma “cidadania multicultural”, onde se torna necessária uma “política de reconhecimento”, tanto dos indivíduos e suas coletividades quanto dos direitos humanos como normas que regulam a existência discursiva, e, por isso, democrática deles.

De início, Habermas buscará explicar porque, nas sociedades complexas, o direito não pode mais apoiar sua pretensão de racionalidade no conceito de razão prática.

Sem poder encontrar, pois, na razão prática uma fundamentação, o direito racional estaria sem uma base na qual apoiar a legitimidade de seus conteúdos, o que levaria diversos pensadores a evocar saídas “irracionalistas” para a questão, negando a obrigatoriedade de um sentido maior para o direito, a partir da perspectiva dos sujeitos sociais a ele submetidos. Habermas recusa-se a abandonar sua fé em algum conteúdo racional como fundamento de um projeto emancipacionista de sociedade, e recorre a uma concepção própria de razão, a saber, a razão de caráter “procedimental”.

Mediante os princípios da Teoria da Ação Comunicativa e as pretensões de validade da ética do discurso é possível, pois, de acordo com a compreensão habermasiana, vislumbrar que o direito com suas normas pode manter um nexo com as circunstâncias concretas nas quais se dá à reprodução da vida social, e ao mesmo tempo não renuncia à idéia de que é possível estabelecer normas gerais – baseadas em princípios de racionalidade – capazes de orientar conscientemente o comportamento nas sociedades modernas.

Tal razão comunicativa é o pressuposto básico da Teoria da Ação Comunicativa, elaborada por Habermas na década de 80 e publicada em dois volumes. A Teoria da Ação Comunicativa, cuja preposição básica é que a “razão” é razão do todo e também “de suas partes”, é a condição inicial e fundamental da ética do discurso. A razão transformada em racionalidade ética-comunicativa reúne em si o mundo objetivo, reúne a intersubjetividade do sujeito que passa a agir e a subjetividade de cada um. A unidade e a multiplicidade de suas partes permite a ética do discurso passar do individual para o universal, do contingente para o necessário, da fala para a ação.

No final da década de 1990, contudo, Habermas irá incorporar, como uma questão central em sua análise, o tema da globalização. Como diversos outros autores, considerará esse processo irrefutável e irrecusável, e buscará repensar seu projeto emancipacionista à luz das novas características assumidas por uma sociedade tornada mundial. Tal discussão levará a formulação de teses a respeito da conformação de estados pós-nacionais de uma sociedade democrática

cosmopolita, dos direitos humanos inseridos nesse contexto, bem como o componente cultural, que no seu pluralismo solicita repensar modelos de direitos humanos.

Habermas imaginará poder espalhar o alcance das normas forjadas mediante o consenso para além dos limites dos contextos sociais vitais nos quais elas foram estabelecidas. Para ele, a ação comunicativa se orienta por normas sociais, e se pode obter o alcance de sua validade usando como critério a compreensão, aceitação e entendimento entre dois ou mais sujeitos. Em *Consciência moral e agir comunicativo* (1983) e *Comentários à ética do discurso* ele expõe o conceito de fala-ideal, trata-se da fala atende a quatro pré-requisitos, sendo eles:

A igualdade comunicativa (aqueles que falam devem possuir a mesma capacidade de se comunicar); A igualdade de fala (aqueles que falam devem ter a mesma chance de se expressar); A igualdade de veracidade e sinceridade (aqueles que falam devem possuir a mesma intenção ao manifestar idéias e sentimentos); e a igualdade da correção de normas (aqueles que falam devem ter a mesma possibilidade de opor-se, dar permissão, proibir, fazer ou desfazer promessas).

No entanto, à primeira vista, os fundamentos éticos da teoria habermasiana acima exposta brevemente acima oferecem apenas um alcance restrito, contextualizado, uma vez que eles são gerados a partir da comunicação voltada ao consenso e, portanto, sua validade parece circunscrever-se aos limites de uma comunidade, de um grupo específico. Para superar essa aparente contradição, Habermas irá, pois, apoiar na esfera da interação o peso de seu projeto emancipacionista, identificando a comunicação lingüística intersubjetiva como a força motriz para o progresso prático-moral, que poderia ser obtido a partir da eliminação dos contextos de dominação que reprimem e/ou distorcem as estruturas da comunicação entre os homens. Tais estruturas, quando não distorcidas, devem ter sempre quatro pretensões:

A pretensão da inteligibilidade da mensagem, presente nos proferimentos comunicativos; Pretensão da verdade do conteúdo proposicional, contida nos proferimentos acerca do mundo objetivo; Pretensão da correção e adequação do conteúdo normativo expressa nos proferimentos sobre o mundo social; e pretensão da sinceridade e autenticidade manifesta nos proferimentos sobre o mundo subjetivo.

O projeto social de Habermas objetiva a emancipação da vida humana. Ora, um projeto dessa natureza só pode ser pensado a partir de bases universalistas, em que se admita a existência de um ponto de vista moral geral funcionando como parâmetro dos comportamentos humanos, dos valores, das normas e dos procedimentos éticos. Só mediante dessa espécie de “tribunal universal” é que se torna possível estabelecer a medida do que seria uma “vida boa e justa”, aspirada pelos sujeitos e pelas sociedades.

Habermas irá recorrer à tradição do pensamento de Immanuel Kant, segundo a qual seriam consideradas moralmente válidas todas as normas de ação passíveis de generalização. Em outras palavras: tudo aquilo que os seres racionais desejam que se torne uma lei universal poderia ser considerado como “justo”, no sentido ético. E ainda proporá um modelo multicultural de direitos humanos, no qual o pluralismo cultural exige que a comunidade se torne comunidade de discurso virtualmente universalista. Como exemplo dessa possível universalização, Habermas apresentaria aquilo que genericamente chamamos de “direitos humanos”: eles se justificam moralmente porque, pelo menos em tese, todos os homens os desejam e defendem.

Referências

Habermas, Jürgen (1987). *Comentários à ética do discurso*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

Habermas, Jürgen (1983) *Consciência moral e agir comunicativo*. [Trad. de Guido A. de Almeida]. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

Habermas, Jürgen (1998) A constelação pós-nacional: Ensaios políticos. [Trad. De Márcio Seligmann-Silva]. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

Habermas, Jürgen (1992). Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol.I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Habermas, Jürgen (1992). Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol.II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Habermas, Jürgen (2001) Era das transições. [Trad. Flávio B. Siebeneichler.] Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 2003.

Habermas, Jürgen. A guerra e seus juízos contraditórios. In: Cadernos de filosofia alemã. nº5, 2001.

Habermas, Jürgen. A inclusão do outro. [Trad. George Sperber e Paulo Astor Soethe]. São Paulo: Loyola, 2002.

Habermas, Jürgen (1981). Teoria de la acción comunicativa. Vol. I: Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1988.

Habermas, Jürgen (1981). Teoria de la acción comunicativa. Vol. II: Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1988.